



Protocolo de cooperação
entre os
Ministérios da Justiça do
Reino de Espanha e da República Portuguesa
e as
Procuradorias-Gerais do
Reino de Espanha e da República Portuguesa

Ourense, 21 de Julho de 2007

**Protocolo de cooperação entre os Ministérios da Justiça do Reino de Espanha e da
República Portuguesa e as Procuradorias-Gerais do Reino de Espanha e da
República Portuguesa**

Considerando a importância das relações no domínio da Justiça entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa e o imperativo de desenvolver e melhorar de forma continuada a cooperação institucional e operacional neste domínio entre ambos os Estados,

Considerando os desafios colocados hoje pela criminalidade de carácter transnacional ao Estado de Direito e às entidades públicas com a responsabilidade de defender a justiça, a liberdade e a segurança, particularmente no espaço ibérico,

Considerando que as relações entre os cidadãos e as economias de ambos os Estados devem ser protegidas dos efeitos da criminalidade transfronteiriça de modo adequado e que é dever das entidades públicas assegurar com eficácia essa protecção, bem como exercer de modo coerente a sua prevenção,

Atendendo ao diálogo frutífero e continuado entre os Ministérios da Justiça e as Procuradorias-Gerais do Reino de Espanha e da República Portuguesa e ao consenso empenhado que estes objectivos geram, e aproveitando a experiência da cooperação luso-espanhola no domínio da Justiça,

Os Ministros da Justiça e os Procuradores-Gerais do Reino de Espanha e da República Portuguesa acordam no seguinte:

1.º

São designados pontos de contacto permanentes nas Procuradorias-Gerais do Reino de Espanha e da República Portuguesa, que funcionarão como meio directo e preferencial de contacto entre estas autoridades nacionais, sempre que possível, tendo em vista agilizar a prevenção e a investigação da criminalidade transfronteiriça entre ambos os Estados, no

respeito pelas respectivas legislações nacionais e sem prejuízo de desenvolvimentos futuros desta colaboração, através dos modelos adequados.

2.º

O âmbito preferencial desta colaboração será a prevenção e a investigação da criminalidade organizada, terrorismo, tráfico de pessoas e de estupefacientes, corrupção e criminalidade económica, bem como dos crimes contra o meio ambiente, especialmente no que toca aos incêndios florestais.

3.º

Serão fomentadas as acções bilaterais de formação e discussão técnica destinadas a magistrados do Ministério Público, a órgãos de polícia criminal e demais instituições do sistema de justiça, com o envolvimento das entidades competentes dos respectivos Ministérios da Justiça e Procuradorias-Gerais. Salienta-se em particular o desenvolvimento bilateral do actual modelo de intercâmbio da Rede Europeia de Formação Judiciária, permitindo a magistrados do Ministério Público de ambos os Estados períodos de permanência em instituições do outro Estado, favorecendo a partilha de boas práticas e o trabalho em comum.

Feito em Santo Estevão, Ourense, a 21 de Julho de 2007, em quatro cópias, nas línguas espanhola e portuguesa.

O Ministro da Justiça do Reino de Espanha,

Mariano Fernández Bermejo

O Ministro da Justiça da República Portuguesa,



Alberto Costa

O Procurador-Geral do Reino de Espanha,



Cándido Conde-Pumpido Tourón

O Procurador-Geral da República Portuguesa,



Fernando Pinto Monteiro

Protocolo de cooperación entre los Ministerios de Justicia y las Fiscalías Generales del Reino de España y de la República Portuguesa

Considerando la importancia de las relaciones en el ámbito de la Justicia entre el Reino de España y la República Portuguesa, y la necesidad de desarrollar y mejorar de forma continuada y estable la cooperación institucional y operativa en este dominio entre ambos Estados,

considerando la amenaza que la criminalidad transnacional supone para el Estado de Derecho y las entidades públicas garantes de la Justicia, la Libertad y la Seguridad, sobre todo en el ámbito ibérico,

considerando que las relaciones entre los ciudadanos y las economías de ambos Estados deben estar protegidas adecuadamente y que es deber de las entidades públicas garantizar con eficacia esa protección, tanto como prevenir los ataques que las puedan amenazar,

a la vista del diálogo fluido y fructífero entre los Ministerios de Justicia y las Fiscalías Generales del Reino de España y de la República Portuguesa, así como del consenso generado en torno a estos objetivos comunes, y aprovechando la experiencia que brinda la valiosa e intensa cooperación luso-española en el ámbito de la Justicia,

Los Ministros de Justicia y los Fiscales Generales del Reino de España y la República Portuguesa, acuerdan:

1.º

La designación de puntos de contacto permanentes en las Fiscalías-Generales del Reino de España y de la República Portuguesa, como cauce directo y preferente de contacto entre ambos órganos, siempre que sea posible dentro del respeto a las legislaciones de ambos Estados, con el fin de agilizar la prevención e investigación de la criminalidad transfronteriza entre ambos Estados; sin perjuicio de que en el futuro se exploren las vías para desarrollar y llevar más adelante esta colaboración a través de las figuras que corresponda.

2.º

Los ámbitos preferentes -aunque no excluyentes- de esta colaboración serán la prevención y la investigación de la criminalidad organizada, el terrorismo, el tráfico de personas, el narcotráfico, la corrupción, la criminalidad económica y de los delitos contra el medio ambiente, con especial atención puesta en los incendios forestales.

3.º

Impulsar las acciones bilaterales de formación y discusión técnica destinadas a Fiscales, Policía Judicial y el resto de cuerpos, operadores jurídicos e instituciones concernidas en los respectivos sistemas jurídicos. En particular, desarrollar a nivel bilateral el actual modelo de intercambio de la Red Europea de Formación Judicial, que permite a Fiscales de ambos países desplazarse, a órganos de otros países con el fin de compartir experiencias y trabajar en conjunto.

En Santo Estevo, Ourense, a 21 de Julio de 2007, en cuatro copias en lenguas portuguesa y española.

Por parte española:

Por parte portuguesa:

Mariano Fernández Bermejo
El Ministro de Justicia
del Reino de España

Alberto Costa
El Ministro de Justicia
de la República Portuguesa

Cándido Conde-Pumpido Tourón
El Fiscal General del
Estado Español

Fernando Pinto Monteiro
El Fiscal General de la
República de Portugal